

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Motta anuncia relator para projeto da anistia

Paulinho da Força tem sido um dos interlocutores de ministros do STF

/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou na manhã desta quinta-feira, que o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) vai ser o relator do projeto de anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

“Tenho certeza de que ele conduzirá as discussões do tema com o equilíbrio necessário”, disse o presidente da casa no X (antigo Twitter). A publicação de Motta ocorreu minutos depois de o presidente do Solidaria-

de chegar à residência oficial da Câmara, em Brasília.

O nome já era dado como certo para assumir a relatoria da anistia. Ao lado de Motta, Paulinho da Força tem sido um dos interlocutores de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Magistrados da corte já avisaram que não aceitarão a anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos e 3 meses de prisão, nem aos demais envolvidos na trama que atentou contra a democracia.

Se o Congresso Nacional der sinal verde para uma proposta de perdão nesses termos,

o Supremo barrará o seu avanço, sob o argumento de que é inconstitucional.

Agora, a ideia em discussão por Motta é substituir o projeto que prevê anistia ampla por um texto que reduza as penas dos condenados no 8 de janeiro, uma proposta considerada mais palatável por ministros da corte.

A dúvida é se esse novo projeto beneficiaria Bolsonaro, como quer o PL. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), afirmou que nenhum projeto de anistia ampla, geral e irrestrita passará pela casa de Salão Azul.

Em minoria no Congresso, o governo sofreu mais uma derrota, na noite desta quarta, com a aprovação do requerimento que prevê urgência na votação do projeto de anistia. Já passava de 22h30min quando o placar do plenário da Câmara exibiu 311 votos favoráveis à urgência, 162 contra e 7 abstenções.

Paulinho da Força também disse ser contrário à redução de pena aos envolvidos na tentativa de golpe. O parlamentar já foi aliado de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas rompeu com o governo e se aproximou cada vez mais do Centrão.



Deputado já disse ser contrário à redução de pena dos condenados

Líder do PT aciona STF contra PEC da Blindagem

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a proposta de emenda à Constituição (PEC) que blinda parlamentares de processos criminais, aprovada pela Câmara na noite de terça-feira. No mandado de segurança, o petista afirma que houve violação ao rito, abuso de poder e desvio de finalidade na aprovação da medida.

Ao anunciar que entraria na Justiça contra a PEC da Blindagem na sessão desta quarta-feira, Lindbergh foi ironizado pelo presidente da casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). “Só nos cabe aqui, depois de recorrer à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), recorrer ao STF”, disse o petista, ao que Motta respondeu: “É um direito de Vossa Excelência ir ao Supremo, como Vossa Excelência faz quase que diariamente”.

O embate entre Motta e Lindbergh ocorreu após uma votação relâmpago que modificou o texto aprovado pela Câmara na terça. Em uma manobra regimental, o Centrão reagiu e devolveu à PEC a previsão de votação secreta para autorizar processos criminais contra parlamentares.

Ao STF, Lindbergh alega violação ao rito legislativo. O petista aponta irregularidades na leitura do relatório e na conversão do formato da sessão para semipresencial. As manobras permitiram agilidade no trâmite do projeto, além de garantir o quórum necessário para a apreciação de uma PEC.

Segundo o petista, o trâmite do projeto desrespeitou os princípios da publicidade e transparência. “O cabimento da presente ação é inequívoco porque não há outro meio processual hábil a proteger o direito líquido e certo do parla-



Lindbergh Farias aponta irregularidades na tramitação

mentar, qual seja, o de participar de forma plena e regular do processo legislativo constitucional.”

Além de dificultar a abertura de investigações futuras, a PEC trava, de imediato, 36 inquéritos no STF contra 108 parlamentares.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Dia esperado, diz van Hattem



Para comemorar a inclusão da anistia na pauta, aprovada pela maioria dos congressistas, o deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo, foto), afirmou, em meio a dezenas de deputados da direita que o cercavam na tribuna, que chegou o dia que “os brasileiros do bem tanto esperavam”. Na visão de Van Hattem, “todos os brasileiros honestos, todos os brasileiros que sabem que o que aconteceu no dia 8 de janeiro foi algo que jamais deveria ter acontecido”.

Reencontrar a paz

Na opinião de Van Hattem, “chegou, portanto, o dia por que ansiamos há tanto tempo. O dia em que poderíamos fazer o Brasil se reencontrar com a paz, com a justiça e com a humanidade. O dia em que se pautou o requerimento de urgência, pelo qual tanto batalhamos para uma anistia digna”. A proposta aprovada pela Câmara seguiu para o Senado com a expectativa de aprovação dos deputados, mas não tão grande pelo presidente do Senado, David Alcolumbre. Uma coisa é certa: a pressão da direita chega ao Congresso, de todos os lados.

Golpe dentro do golpe

Para a deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT), qualquer tentativa de reduzir as penas dos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 representa “um golpe dentro do golpe”. Segundo a parlamentar, “a Câmara compromete sua dignidade ao tentar conceder proteção política ao núcleo responsável por atentar contra a democracia”.

Afronta à Constituição

Maria do Rosário também condena a chamada PEC das Prerrogativas. Na percepção da deputada, “a matéria fere a transparência ao tentar proteger políticos de punições”. Ela classifica a medida como uma afronta à Constituição.

Falta de provas

“O processo contra Jair Bolsonaro e outros réus foi uma farsa, marcado por ilegalidades, parcialidade e ausência de provas concretas”, disparou o deputado federal gaúcho Sanderson (PL). Ele denuncia a conduta dos ministros do STF, classificando o julgamento como afronta à Justiça.

Exame de Proficiência Médica

Deputados médicos defendem a aprovação do projeto que cria o Exame Nacional de Proficiência Médica. O deputado federal gaúcho Pedro Westphalen (PP) disse que “é totalmente favorável”. Principalmente porque foram criadas muitas faculdades de Medicina que não apresentam as condições de formação médica.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323

Ética • Dinamismo • Confiabilidade